



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0003013-36.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**  
 Requerente: **NOELI PEREIRA DE SOUZA SANTOS**  
 Requerido: **MK Eletrodomésticos Mondial S/A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido um ventilador fabricado pela ré, o qual apresentou vício de fabricação e foi encaminhado à assistência técnica em 20/10/2014.

Alegou ainda que o produto não lhe foi devolvido, de sorte que almeja à restituição do valor pago pelo mesmo.

A ré em contestação procurou eximir-se de responsabilidade pelos fatos trazidos à colação.

Salientou que não teria ligação com a má utilização da mercadoria e tampouco com o fato da assistência técnica não tê-la reparado, além de destacar que não possuiria vínculo algum com a autora.

Os argumentos expendidos pela ré não militam em seu favor.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h**  
**Público << Campo excluído do banco de dados >>**

Quanto à má utilização do ventilador por parte da autora, não há nos autos um único indício que conferisse verossimilhança a isso.

A ré concretamente não especificou qual o problema de funcionamento do aparelho e muito menos declinou como a autora não o teria usado de maneira correta de molde a propiciá-lo.

Já a sua responsabilidade pelo evento noticiado encontra amparo no art. 18 do CDC, o qual dispõe sobre a solidariedade entre todos os participantes da cadeia de produção.

Oportuno trazer à colação o magistério de **RIZZATTO NUNES** sobre o assunto:

*“O termo fornecedor, conforme já explicitado no comentário ao art. 3º, é o gênero daqueles que desenvolvem atividades no mercado de consumo. Assim, toda vez que o CDC refere-se a 'fornecedor' está envolvendo todos os participantes que desenvolvem atividades sem qualquer distinção.*

*E esses fornecedores, diz a norma, respondem 'solidariamente'. (Aliás, lembre-se: essa é a regra da responsabilidade do CDC, conforme já demonstrado).*

*Dessa maneira, a norma do caput do art. 18 coloca todos os partícipes do ciclo de produção como responsáveis diretos pelo vício, de forma que o consumidor poderá escolher e acionar diretamente qualquer dos envolvidos, exigindo seus direitos” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 6ª edição, p. 307).*

Na hipótese vertente, o liame entre a ré e a assistência técnica autorizada ao conserto da mercadoria transparece óbvio, o que viabiliza que seja chamada a reparar os danos que esta causou à autora, podendo à evidência oportunamente demandar contra a mesma em caráter regressivo para sua recomposição patrimonial.

De outra banda, o vínculo entre a autora (consumidora) e ré (fabricante) dispensa considerações a demonstrá-lo.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para outra direção, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Restou patenteado o envio do produto à assistência técnica em outubro de 2014 (fl. 02), bem como que ele não foi reparado no trintídio.

Tocava à ré a demonstração em sentido contrário, seja porque não poderia o autor comprovar fato negativo (consistente na não devolução do produto), seja em decorrência do que dispõe o art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das** Horário de Atendimento ao Público << Campo excluído do banco de dados >>

Tinha plenas condições para tanto, mas como não o fez é certo que não se desincumbiu desse ônus, impondo-se em consequência a restituição do valor despendido pelo autor para a aquisição do objeto (art. 18, § 1º, inc. II, do CDC).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato de compra e venda tratada nos autos e para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 285,80, acrescida de correção monetária, a partir de setembro de 2014 (época da compra), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Cumprida a obrigação pela ré, ela terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na assistência técnica, dando-lhe a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 22 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**